

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	12
BALANÇO PATRIMONIAL.....	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	16
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	18
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	20
4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA.....	22
5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	22
6. RESULTADO FINANCEIRO.....	23
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS.....	23
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	25
9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	26
10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS.....	26
11. IMOBILIZADO.....	27
12. INTANGÍVEL.....	28
13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS.....	29
14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	29
15. USO DO BEM PÚBLICO (UBP).....	31
16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	32
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	35
18. PARTES RELACIONADAS.....	36
19. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	37

Companhia Hidrelétrica Teles Pires

Relatório de Administração – 2021

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (doravante denominada "Companhia" ou "CHTP") com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, constituída em 04 de novembro de 2010, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a exploração da Usina Hidrelétrica Teles Pires, com potência instalada de 1.820 MW, e seu sistema de transmissão associado, localizado no Rio Teles Pires, nos Municípios de Paranaíta, Estado do Mato Grosso e Jacareacanga, Estado do Pará, em consonância com as regras emanadas no leilão do empreendimento, com seu contrato de concessão e demais regras aplicáveis. As atividades da Companhia são regulamentadas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 07 de junho de 2011, foi firmado o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para geração de energia elétrica nº02/2011 (doravante designado "Contrato de Concessão"), entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, sob o regime de Produtor Independente de Energia Elétrica.

O prazo do Contrato de Concessão, originalmente de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura, foi prorrogado por mais 234 dias, relativos ao ressarcimento pelo risco hidrológico. No termo final, todos os bens e instalações vinculados à Unidade Hidrelétrica Teles Pires S.A. ("UHE Teles Pires") passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização das parcelas dos investimentos posteriores ao projeto original da usina, e que ainda não estejam amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente.

Em 10 de fevereiro de 2015, foi assinado Termo de Compromisso entre a ANEEL e a Companhia estabelecendo as condições e os prazos das obrigações de fornecimento de energia elétrica por parte da UHE Teles Pires, previstas nos (CCEAR) assinados em decorrência do Leilão de energia nº 004/2010 (A-5/2010), para o período do atraso da entrada em operação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 12/2012, de responsabilidade de terceiros e necessárias ao escoamento de energia a ser produzida pela UHE Teles Pires.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada é negociada na seguinte proporção:

- 65% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 58,36 por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

- 35% são atualmente destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre ("CCEAL").

Em 1º de Dezembro de 2021, por meio da Portaria no. 195, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia definiu o novo montante de garantia física da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que passou de 930,7MWm para 939,4MWm.

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 567.485 em 31 de dezembro de 2021

(611.118 em 31 de dezembro de 2020). O lucro do exercício de 2021 é de R\$ 43.633 (prejuízo de R\$ 46.093 em 31 de dezembro de 2020). A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

No atual estágio de suas operações, conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia continuará dependendo de recursos de seus acionistas para honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 11 e 12), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 7).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de Janeiro de 2022.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados econômicos-financeiros (R\$ mil)	2021	2020	Variação (R\$)	Variação (%)
Receita Operacional Bruta	990.367	949.815	40.552	4,3%
Receita Operacional Líquida	833.258	792.973	40.285	5,1%
EBITDA	354.288	292.496	61.792	21,1%
Resultado do Serviço - EBIT	190.806	112.422	78.384	69,7%
Resultado Financeiro	(120.383)	(179.643)	59.260	-33,0%
Lucro Líquido	43.633	(46.093)	89.726	-194,7%

Informações Patrimoniais (R\$ mil)	2021	2020	Variação (R\$)	Variação (%)
Ativo Total	4.677.843	4.952.279	(274.436)	-5,5%
Dívida Bruta	2.303.265	2.437.889	(134.624)	-5,5%
Dívida Líquida	2.185.605	2.245.591	(59.986)	-2,7%
Patrimônio Líquido	1.919.416	1.875.783	43.633	2,3%

Atendendo a Instrução CVM No 527 demonstramos, no quadro a seguir, a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação do LAJIDA (EBITDA) - R\$ Mil	2021	2020	Variação (R\$)	Variação (%)
(Prejuízo) Lucro Líquido	43.633	(46.093)	89.726	-194,7%
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e Diferido	26.790	(21.128)	47.918	-226,8%
Amortização e Depreciação	163.482	180.074	(16.592)	-9,2%
Receitas Financeiras	(5.819)	(6.811)	992	-14,6%
Despesas Financeiras	126.899	187.911	(61.012)	-32,5%
Outros Resultados Financeiros Líquidos	(697)	(1.457)	760	-52,2%
LAJIDA (EBITDA)	354.288	292.496	61.792	21,1%

3. ENDIVIDAMENTO

3.1 PERFIL DA DÍVIDA

A Companhia assinou com o BNDES, em 27 de setembro de 2012, os instrumentos denominados documentos de financiamento, sendo eles: (i) Contrato de penhor e outras avenças; (ii) Contrato de cessão fiduciária de direito, administração de contas e outras avenças; e (iii) Contratos de financiamento Direto, firmado com o BNDES no valor de R\$1.212.000, e de Repasse de recursos firmado com o Banco do Brasil no valor de R\$1.200.000, decorrentes da Dec. Nº Dir. 766/2012-BNDES, de 24 de julho de 2012, no valor total de R\$2.412.000.

Os contratos foram assinados para pagamento em 240 meses, com carência para início de pagamento em julho de 2015 e vencimento final do principal e juros em 2036.

São cobrados juros de 1,89% a.a. acima da TJLP para os valores liberados referentes ao contrato de repasse, e 2,02% a.a. acima da TJLP para os valores referentes ao contrato direto.

Em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco do Brasil concederam a suspensão temporária do pagamento de principal e juros, com capitalização no saldo devedor do montante que deixar de ser pago, a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela mencionada suspensão, pelo período compreendido entre dezembro de 2021 e junho de 2022, sem prejuízo do vencimento original dos contratos de financiamento. A economia de caixa para a Companhia será de aproximadamente R\$ 194 milhões.



4. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de Janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) para realização de auditoria para os exercícios de 2020 e 2021 para a prestação dos seguintes serviços de auditoria, tanto para a Companhia como para sua controladora, TPP:

Serviço	Valor (R\$ mil)	Prazo
Auditoria das Demonstrações contábeis ; e revisões das Demonstrações Intermediárias	R\$ 664	24 meses

5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, aos bancos financiadores, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Acionistas da
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC/RJ-086312/O-6

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional, líquida	3	833.258	792.973
Custos dos serviços		(625.440)	(666.993)
Custos com energia elétrica	4	(427.296)	(456.282)
Custos de operação	5	(198.144)	(210.711)
Lucro bruto		207.818	125.980
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(17.012)	(13.558)
Lucro operacional		190.806	112.422
Resultado financeiro	6	(120.383)	(179.643)
Receitas financeiras		5.819	6.811
Despesas financeiras		(126.899)	(187.911)
Outros resultados financeiros, líquidos		697	1.457
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		70.423	(67.221)
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(26.790)	21.128
Diferido		(26.790)	21.128
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		43.633	(46.093)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – R\$:		0,02	(0,02)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	43.633	(46.093)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>43.633</u>	<u>(46.093)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	43.633	(46.093)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	163.482	180.074
Baixa de ativos não circulantes	-	278
Tributos sobre o lucro	26.790	(21.128)
Resultado financeiro, líquido	120.383	179.643
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF	(43.174)	-
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(7.979)	(3.346)
Fornecedores e contas pagar a empreiteiros	6.845	5.885
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(67)	283
Obrigações com meio ambiente	(9.628)	(13.037)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	8.623	(715)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(77.460)	(1.100)
Outros ativos e passivos, líquidos	2.853	7.617
Caixa líquidos proveniente das operações	234.301	288.361
Encargos de dívidas pagos	(142.694)	(82.124)
Uso do bem público	(9.621)	(9.207)
Rendimento de aplicação financeira	6.428	3.185
Pagamento de juros – Arrendamentos	(61)	(72)
Tributos sobre o lucro pagos	(3)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	88.350	200.143
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(16.268)	(15.442)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(3.229)	(8.235)
Resgate de títulos e valores mobiliários	3.801	16.500
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(15.696)	(7.177)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.199	1.001
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(149.113)	(76.973)
Pagamento de principal – Arrendamentos	(195)	(297)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(148.109)	(76.269)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(75.455)	116.697
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	158.822	42.125
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	83.367	158.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	83.367	158.822
Contas a receber de clientes e outros	10	103.364	95.385
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	7.112	6.776
Outros tributos a recuperar		1.293	1.370
Outros ativos circulantes		7.021	4.784
Total do circulante		<u>202.157</u>	<u>267.137</u>
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	9	34.293	33.476
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	254.298	281.088
Depósitos judiciais	16.1.c	53.950	60.436
Direito de uso		791	536
Imobilizado	11	3.962.748	4.156.034
Intangível	12	169.606	153.572
Total do não circulante		<u>4.475.686</u>	<u>4.685.142</u>
Total do ativo		<u>4.677.843</u>	<u>4.952.279</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	13	67.093	60.248
Empréstimos e financiamentos	14	92.530	169.429
Passivo de arrendamento		288	203
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		1.699	1.766
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.3.1	23.747	10.987
Provisões ambientais	16.2	30.739	8.428
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	15	13.064	11.551
Outros passivos circulantes		9.250	2.064
Total do circulante		238.410	264.676
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	2.210.735	2.268.460
Passivo de arrendamento		740	236
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.3.1	6.615	9.701
Provisões ambientais	16.2	29.478	71.122
Provisões	16.1.a	103.353	300.608
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	15	167.839	155.813
Outros passivos não circulantes		1.257	5.880
Total do não circulante		2.520.017	2.811.820
Patrimônio líquido	17		
Capital Social		2.486.901	2.486.901
Prejuízos Acumulados		(567.485)	(611.118)
Total do patrimônio líquido		1.919.416	1.875.783
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.677.843	4.952.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.561.167	(74.266)	(611.118)	1.875.783
Lucro líquido do exercício	-	-	43.633	43.633
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.561.167	(74.266)	(567.485)	1.919.416

	<u>Capital Social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.561.167	(74.266)	(565.025)	1.921.876
Prejuízo do exercício	-	-	(46.093)	(46.093)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.561.167	(74.266)	(611.118)	1.875.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (“Companhia” ou “CHTP”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro detentora da Concessão de Uso do Bem Público para geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Teles Pires, com potência instalada de 1.820 MW, nos municípios de Paranaíta, Estado do Mato Grosso e Jacareacanga, Estado do Pará.

Em 1º de dezembro de 2021, por meio da Portaria no. 195, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia definiu o novo montante de garantia física da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que passou de 930,7MWm para 939,4MWm.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada é negociada na seguinte proporção:

- 65% no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), ao preço de R\$ 58,36 por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

- 35% são atualmente destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre (“CCEAL”).

É previsto nos planos de negócios dos Acionistas para a Companhia aporte de recursos se em alguma eventualidade a mesma não puder honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 11 e 12), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 7.1.2).

1.1 CORONAVÍRUS (“COVID-19”)

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo.

b) Impacto nas demonstrações financeiras

As receitas desse segmento estão atreladas aos contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre à disponibilidade da infraestrutura, à geração de energia elétrica, bem como ao risco hidrológico (‘GSF’) e ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (‘PLD’). A Companhia não observou impacto significativo em suas demonstrações financeiras decorrente da COVID-19.

c) Medidas socioeconômicas

A Companhia aderiu à suspensão temporária dos pagamentos (*stand still*), das parcelas de maio a outubro de 2020 do empréstimo contratado junto ao BNDES, e das parcelas de julho a dezembro de 2020 do empréstimo contratado junto ao Banco do Brasil.

A adesão pelo BNDES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R\$ 155 milhões (base nominal) no exercício, com a diluição desse montante por todo o prazo remanescente do contrato.

Adicionalmente, em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco do Brasil concederam a suspensão temporária do pagamento de principal e juros, com capitalização no saldo devedor do montante que deixar de ser pago, a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela mencionada suspensão, pelo período compreendido entre dezembro de 2021 e junho de 2022, sem prejuízo do vencimento original dos contratos de financiamento. A economia de caixa para a Companhia será de aproximadamente R\$ 194 milhões.

1.2 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.2.1 Gestão de riscos financeiros

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

1.2.2 Gestão de riscos de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras.

Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

1.2.3 Gestão de riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são alocadas preferencialmente em fundos de investimento exclusivo para empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 83.364 em fundos de investimento (R\$ 158.814 em 2020).

Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez.

1.2.4 Gestão de riscos de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de geração. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

1.2.5 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco, data de vigência e importância segurada dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Operação	Périodo da vigência	Importância segurada (R\$)
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2021 a 31/05/2022	100.000.000
Veículos - Operacional	01/06/2021 a 15/06/2022	100%FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2021 a 31/05/2022	2.100.000.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em uma reunião realizada em 27 de janeiro de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Controladora e de suas controladas é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e operação de energia na CCEE
7.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
16.1	Provisão para processos judiciais
19.b	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
--------------	-------------------------------	-----------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021
---	--	------------

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Fornecimento de energia	985.492	947.483
Outras receitas	4.875	2.332
Receita operacional bruta	990.367	949.815
(-) Deduções da receita bruta	(157.109)	(156.842)
Receita operacional, líquida	833.258	792.973

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	2021	2020
ACR	521.565	503.346
ACL	463.927	444.137
Total	985.492	947.483

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.2 Deduções de receita bruta

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributos		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(9.274)	(14.250)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	<u>(90.300)</u>	<u>(89.925)</u>
	(99.574)	(104.175)
Encargos setoriais		
Outros encargos ¹	<u>(57.535)</u>	<u>(52.667)</u>
	(57.535)	(52.667)
Total	<u>(157.109)</u>	<u>(156.842)</u>

(¹) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE) e outorga pela concessão de utilização do bem público (CFURH).

3.3 Política contábil e julgamento crítico**3.2.1 Política contábil**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ('ACR'), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

3.2.2 Estimativas e julgamento crítico

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4 CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Compra para revenda		
Energia curto prazo – PLD e MRE	(32.220)	(41.463)
Ressarcimento de risco hidrológico - GSF ¹	43.174	-
Energia adquirida contrato bilateral	(134.917)	(134.503)
Outros	(707)	(704)
Subtotal	(124.670)	(176.670)
Créditos PIS e COFINS	13.730	13.734
Total	(110.940)	(162.936)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(348.066)	(322.965)
Encargos de conexão	(173)	(151)
Subtotal	(348.239)	(323.116)
Créditos de PIS e COFINS	31.883	29.770
Total	(316.356)	(293.346)
Total dos custos com energia elétrica	(427.296)	(456.282)

(1) Vide nota 12.

5 CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2021</u>			<u>2020</u>		
	<u>Custos de operação</u>	<u>Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Custos de operação</u>	<u>Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>
Pessoal e benefícios a empregados	(8.414)	(1.969)	(10.383)	(8.347)	(1.800)	(10.147)
Administradores	-	(2.447)	(2.447)	-	(2.198)	(2.198)
Serviços de terceiros	(10.088)	(11.579)	(21.667)	(9.164)	(9.213)	(18.377)
Materiais	(1.510)	(55)	(1.565)	(2.661)	(219)	(2.880)
Depreciação e amortização	(163.222)	(260)	(163.482)	(179.747)	(327)	(180.074)
Provisão pra processos judiciais	-	292	292	-	745	745
Impostos, taxas e contribuições	(46)	(404)	(450)	(54)	46	(8)
Outras receitas e despesas, líquidas ¹	(14.864)	(590)	(15.454)	(10.738)	(592)	(11.330)
Total	(198.144)	(17.012)	(215.156)	(210.711)	(13.558)	(224.269)

(1) Refere-se a seguros, viagens a serviço, arrendamentos, entre outros;

6 RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	6.428	3.185
(-) Tributos sobre receita financeira	(421)	(876)
Atualização de depósitos judiciais	(622)	3.507
Outras receitas financeiras	434	995
	5.819	6.811
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ¹	(155.984)	(161.768)
Atualização de provisões ambientais	(7.398)	(4.019)
Atualização de UBP (Uso do Bem Público)	(18.370)	(7.380)
Atualização de provisões para processos judiciais ²	57.292	(10.712)
Outras despesas financeiras	(2.439)	(4.032)
	(126.899)	(187.911)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações monetárias	(63)	(21)
Ganhos com variações monetárias	760	1.478
	697	1.457
Resultado financeiro líquido	(120.383)	(179.643)

(¹). Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação.

(²). Em 19 de setembro de 2021, foi homologado o acordo celebrado entre as partes, ao que se refere ao processo arbitral. Vide nota de Provisões e Depósitos Judiciais.

7 TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS**7.1 Tributos sobre o lucro**

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

7.2.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	70.423	(67.221)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(23.944)	22.855
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	-	3
Outras adições (reversões) permanentes	(2.846)	(1.730)
Tributos sobre o lucro	(26.790)	21.128
Alíquota efetiva	38%	31%
Diferido ¹	(26.790)	21.128

(1) A Companhia constituiu prejuízo fiscal em dezembro/21, entretanto no acumulado houve reversão de IRPJ e CSLL diferidos devido ao impacto do ressarcimento de risco hidrológico (GSF), que foi considerado como diferença temporária, conforme quadro abaixo, além da baixa do Processo Arbitral.

7.2.2 Tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2021	2020
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	247.988	242.624
Diferenças temporárias:		
Ressarcimento de risco hidrológico - GSF	(14.070)	-
Provisão para processos judiciais	7.166	28.796
Provisões ambientais	10.186	6.892
PLR	139	98
Provisões de fornecedores	2.889	2.678
Total	254.298	281.088

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
Saldos em 31 de dezembro de 2020	281.088
Efeitos reconhecidos no resultado	(26.790)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	254.298
Saldos em 31 de dezembro de 2019	259.960
Efeitos reconhecidos no resultado	21.128
Saldos em 31 de dezembro de 2020	281.088

A UHE Teles Pires foi implantada na modalidade de Project Finance, de forma que os resultados dos primeiros anos de operação são fortemente impactados pelas despesas financeiras, que serão reduzidas com o passar dos anos, após amortização gradual dos financiamentos. Com isso, seu cenário de resultados tributários negativos apurados nos últimos anos tende a ser revertido. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2023	2024	2025	2026	Entre 2027 e 2031	Entre 2032 e 2036	Entre 2037 em diante	Total
Ativo fiscal diferido	7.201	3.416	4.283	6.228	32.738	99.460	100.972	254.298

7.2.3 Tributos correntes ativos e passivos

	2021	2020
IRPJ	4.429	4.394
CSLL	2.683	2.382
Ativo	7.112	6.776

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía valores reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

A Companhia possui o montante de R\$ 866, de um processo legal de natureza de Ação Tributária referente a crédito de saldo negativo de IRPJ/2011, cujo prognóstico de perda foi considerado possível pelos assessores jurídicos da Companhia.

7.2.4 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras, em regime de competência. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

7.3 Outros tributos

7.3.1 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	169	811
Programa de integração social - PIS	570	360
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	2.637	1.678
Impostos e contribuições retidos na fonte	112	400
Outros	2.355	2.127
Outros tributos a recolher	5.843	5.376
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	17.234	11.064
Outros ¹	7.285	4.248
Encargos Setoriais	24.519	15.312
Total Outros tributos e encargos setoriais a recolher	30.362	20.688
Circulante	23.747	10.987
Não Circulante	6.615	9.701

(1) Referem-se a CFURH, FNDCT e MME.

8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	3	8
Fundos de Investimento	83.364	158.814
Total	<u>83.367</u>	<u>158.822</u>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 100% do CDI.

9 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fundos de Investimento - BB	34.293	33.476

A Companhia mantém o valor aplicado no Banco do Brasil com objetivo de atender as obrigações contratuais dos empréstimos junto ao BNDES e de Repasse junto ao Banco do Brasil. Os valores depositados em garantia somente serão resgatados após o vencimento dos contratos.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	33.476	41.001
Aplicação	3.229	8.235
Resgate	(3.801)	(16.500)
Rendimentos	1.389	740
Saldo final	<u>34.293</u>	<u>33.476</u>

10 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecimento de energia	103.364	95.385
Terceiros	48.670	45.545
Partes relacionadas (nota 18)	54.694	49.840

10.1 Fornecimento de energia elétrica

O saldo de contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreende os recebíveis oriundos da venda de energia.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Recebível</u>	<u>Recebível</u>
ACR	42.075	59.182
ACL	61.289	36.203
Total	<u>103.364</u>	<u>95.385</u>

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Recebível</u>	<u>Recebível</u>
A vencer	103.364	95.385

10.2 Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 19.a) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dadas essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

11 IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	Centrais de hidroelétricas	Construções e terrenos ¹	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a	3,23% - 16,67%	3,23% - 5,00%	6,25% - 14,29%	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.945.130	1.191.066	1.270	18.568	4.156.034
Adições	-	-	-	17.060	17.060
Baixas ¹	(41.676)	(15.667)	-	-	(57.343)
Depreciação	(106.874)	(45.569)	(245)	-	(152.688)
Transferências entre classes	24	-	243	(267)	-
Transferências - Outros ativos	-	-	-	(315)	(315)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.796.604	1.129.830	1.268	35.046	3.962.748
Custo	3.554.509	1.444.061	1.837	35.046	5.035.453
Depreciação acumulada	(757.905)	(314.231)	(569)	-	(1.072.705)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.055.615	1.238.632	131	14.773	4.309.151
Adições	-	-	-	15.427	15.427
Baixas	-	-	(33)	(245)	(278)
Depreciação	(118.178)	(48.109)	(250)	-	(166.537)
Transferências entre classes	6.297	1.939	1.422	(9.658)	-
Transferências - Outros ativos	1.396	(1.396)	-	(1.729)	(1.729)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.945.130	1.191.066	1.270	18.568	4.156.034
Custo	3.596.259	1.459.728	1.681	18.568	5.076.236
Depreciação acumulada	(651.129)	(268.662)	(411)	-	(920.202)

(¹) Em 19 de setembro de 2021, foi homologado o acordo celebrado entre as partes, ao que se refere ao processo arbitral. Vide nota 15.1 de Provisões e Depósitos Judiciais.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

12 INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão	Software	Outros	Ativos em formação ¹	Total
Taxa de amortização a.a.	3,13% - 3,85%	20%	20%	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	120.443	26	33.102	1	153.572
Adições ¹	-	-	-	26.298	26.298
Amortização	(4.722)	(6)	(5.536)	-	(10.264)
Transferências – entre intangíveis	41.523	-	(15.224)	(26.299)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	157.244	20	12.342	-	169.606
Custo	189.587	31	27.260	-	216.878
Amortização acumulada	(32.343)	(11)	(14.918)	-	(47.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	125.025	-	41.930	17	166.972
Adições	-	-	-	15	15
Amortização	(4.582)	(5)	(8.828)	-	(13.415)
Transferências – entre intangíveis	-	31	-	(31)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	120.443	26	33.102	1	153.572
Custo	146.412	31	44.137	1	190.581
Amortização acumulada	(25.969)	(5)	(11.035)	-	(37.009)

(¹) Ressarcimento do risco hidrológico.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para ressarcimento do risco hidrológico, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações.

A compensação aos geradores hidrelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração e deve ser reconhecida contabilmente como intangível em contrapartida à recuperação de custos com energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Com base nos cálculos divulgados pela CCEE em 02 de março de 2021, a Companhia reconheceu uma adição ao intangível no montante de R\$ 26.755. Em 10 setembro de 2021, após os novos cálculos divulgados pela CCEE em razão do advento da Lei 14.182/21, a companhia reconheceu uma adição de R\$ 16.418 ao intangível, que equivale ao acréscimo de 91 dias no prazo de concessão. O total do intangível reconhecido de R\$ 43.174, equivalente de um acréscimo de 234 dias em seu prazo de concessão. Esse total representa o valor justo dos valores de ressarcimento que a Companhia tem direito a receber, utilizando como base os cálculos efetuados pela CCEE e já acrescidos de um custo de capital próprio equivalente a 9,63%.

a. Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

13 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Energia elétrica	13.220	17.000
Terceiros	12.327	17.000
Partes relacionadas (nota 18)	893	-
Encargos de uso da rede	38.999	34.455
Terceiros	34.848	29.382
Partes relacionadas (nota 18)	4.151	5.073
Materiais e serviços	14.874	8.793
Terceiros	14.782	8.708
Partes relacionadas (nota 18)	92	85
Total	<u>67.093</u>	<u>60.248</u>

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**14.1 Dívida líquida**

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Empréstimos bancários	2.303.265	2.437.889
Empréstimos e financiamentos	2.303.265	2.437.889
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(83.367)	(158.822)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 9)	(34.293)	(33.476)
Dívida líquida	<u>2.185.605</u>	<u>2.245.591</u>

14.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados através de empréstimos bancários, em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente refletem os valores liberados pelos credores. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Dominados em R\$		
Indexados a taxas flutuantes	2.303.265	2.437.889
Passivo circulante	92.530	169.429
Passivo não circulante	2.210.735	2.268.460

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	<u>Principal</u>	<u>Juros¹</u>	<u>Total¹</u>
2022	88.698	91.630	180.328
2023	177.396	172.401	349.797
2024	177.396	159.463	336.859
2025	177.396	144.384	321.780
2026	177.396	130.999	308.395
Entre 2027 e 2031	886.978	448.274	1.335.252
Entre 2032 e 2036	700.641	110.775	811.416
Total	<u>2.385.901</u>	<u>1.257.926</u>	<u>3.643.827</u>

(¹) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (Taxas de Juros de Longo Prazo(TJLP)) em vigor em 31 de dezembro de 2021 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os, encargos incorridos já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial do período	2.437.889	2.434.217
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações	1.199	1.001
Amortizações de principal	(149.113)	(76.973)
Pagamento de encargos de dívida	(142.694)	(82.124)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	155.984	161.768
Saldo final do período	<u>2.303.265</u>	<u>2.437.889</u>

d) Linhas de Crédito

<u>Tipo</u>	<u>Moeda</u>	<u>Data limite de captação</u>	<u>Montante total</u>	<u>Montante utilizado</u>
Linhas de financiamento	R\$	15/02/2036	12.000	9.246

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Os contratos mantidos com BNDES e Banco do Brasil contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia, com parâmetros pré-estabelecidos listados abaixo.

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo igual a 1,30

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças, estabelece que em caso de o ICSD ser inferior a 1,30, a Companhia deverá manter em garantia saldo mínimo equivalente a 6 vezes o valor do último serviço da dívida. A Companhia obteve aprovação dos credores para substituir o valor correspondente a até 5 vezes o valor pago do último serviço da dívida pago por fiança bancária, até 30 de junho de 2024.

Em 31 de dezembro de 2021 este índice foi de 1,21, com a adesão do stand still, e caso não houvesse essa adesão, o índice seria de 1,20, não atingindo o índice contratual.

O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças estabelece ainda a cessão fiduciária aos credores dos direitos emergentes da concessão de que a Companhia é titular, em decorrência do contrato de concessão e seus aditivos.

- Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) no mínimo igual a 20%.

Em 31 de dezembro de 2021 este índice foi de 41%.

f) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 6,76% e 6,83%, respectivamente.

15 USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 07 de setembro de 2014, a controlada “CHTP” celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Teles Pires.

A controlada “CHTP” recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a (1/12) um doze avos de pagamento anual de R\$ 5.515.

O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atestada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão. Os pagamentos iniciaram no mês de setembro de 2015, referente ao mês de maio de 2015.

O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir do mês anterior à data do Leilão.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 8.47% a.a.

A seguir apresentamos a mutação dos saldos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Saldos em 31 de dezembro de 2020	167.364
Atualização monetária	18.370
Ajuste a valor presente	4.790
Pagamentos	(9.621)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	180.903
Circulante	13.064
Não circulante	167.839
Saldos em 31 de dezembro de 2019	164.345
Atualização monetária	7.380
Ajuste a valor presente	4.846
Pagamentos	(9.207)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	167.364
Circulante	11.551
Não circulante	155.813

16 PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2021	2020
Provisões para processos judiciais ¹	103.353	300.608
Provisão para obrigações ambientais	60.217	79.550
	163.570	380.158
Passivo circulante	30.739	8.428
Passivo não circulante	132.831	371.730

(1) Variação decorrente *Claim* do consórcio construtor apresentado na nota 16.1.b.i

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais**a) Provisão para processos judiciais**

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	298.473	2.135	300.608
Adições e reversões, líquido	(5.348)	(872)	(6.220)
Pagamentos	(77.000)	-	(77.000)
Atualização monetárias	(113.295)	(740)	(114.035)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	102.830	523	103.353
Saldos em 31 de dezembro de 2019	288.635	2.006	290.641
Adições e reversões, líquido	(722)	(23)	(745)
Atualização monetárias	10.560	152	10.712
Saldos em 31 de dezembro de 2020	298.473	2.135	300.608

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

(i) Processos cíveis: Do total de R\$ 102.830 (R\$ 298.473 em 31 de dezembro de 2020) provisionados, destaca-se processos cíveis da Companhia que possuem como escopo, essencialmente, pleitos indenizatórios ambientais, e fundiários, principalmente no que tange à desapropriação de áreas de interesse da CHTP.

(ii) Processos trabalhistas: Os R\$ 523 (R\$ 2.135 em 31 de dezembro de 2020) provisionados, referem-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo o pleito de verbas trabalhistas, bem como de indenização por acidente de trabalho. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2021	2020
Processos cíveis ¹ (i)	174.213	769.997
Processos trabalhistas (ii)	1.707	3.230
Processos fiscais (iii)	50.997	74.053
	226.917	847.280

⁽¹⁾ Variação decorrente *Claim* do consórcio construtor apresentado na nota 16.1.b.i

(i) Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com natureza de Ação Cível Pública (“ACP”) no que tange à parte ambiental do empreendimento. A maioria de tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia possui um total estimado de R\$ 174.213 em 31 de dezembro de 2021 (R\$769.997 em 31 de dezembro de 2020) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Claim do Consórcio Construtor

Em 14 de setembro de 2021 foi celebrado o acordo com o Consórcio Construtor Teles Pires - (“CCTP”) para a extinção do processo de arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas instaurado em maio de 2016.

O pedido referia-se ao pleito de extra custo da construção, estimado pelo “CCTP”, referente aos seguintes eventos descritos abaixo:

- Atrasos decorrentes de liberação das áreas afetadas pelas obras;
- Pleito de geologia;
- Pleito de mão de obra;
- Pleito da linha de transmissão.

Do pleito de custo extra estimado pelo “CCTP”, a Administração da Companhia estimou que os pleitos com a probabilidade de perda provável totalizavam o valor de R\$ 196.256 e de perda possível o valor de R\$ 618.385 em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

O referido acordo definiu que a companhia fizesse o pagamento de R\$ 77.000 ao CCTP, sendo R\$ 7.898 retidos a título de caução garantia, até a conclusão de pendências relativas à construção.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A provisão da contingência constituída em 2016 foi revertida em 30 de setembro de 2021, afetando (i) o imobilizado no montante de R\$ 45.657, visto o pleito ter sido iniciado no período pré-operacional da Hidrelétrica Teles Pires e (ii) o resultado financeiro num total de R\$ 61.913, pela reversão da atualização monetária do processo após o início da operação da usina.

(ii) Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.707 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.230 em 31 de dezembro de 2020) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

(iii) Fiscais

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com a natureza de Ação Tributária como, por exemplo, autos de infração emitidos pela Secretaria do Estado da Fazenda – SEFAZ do estado do Mato Grosso no que tange a falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos externos, a Companhia possui valor estimado de R\$ 50.997 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 74.053 em 31 de dezembro de 2020).

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Processos cíveis	52.731	59.697
Processos trabalhistas	594	337
Processos fiscais	625	402
	<u>53.950</u>	<u>60.436</u>

d) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

16.2 Provisões ambientais

As obrigações de meio ambiente são derivadas das condicionantes dos programas do Projeto Básico Ambiental – PBA que é composto por programas socioambientais que tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos potenciais e decorridos da implantação do respectivo empreendimento. Este projeto básico ambiental faz parte do processo de licenciamento ambiental para se obter as Licenças Prévias (LP), Licenças de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) que o empreendedor deve aprovar, executar e acompanhar perante os órgãos licenciadores que no caso da UHE TELES PIRES são IBAMA e FUNAI.

As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	79.550
Ajuste a valor presente	(17.103)
Pagamentos/Indenizações	(9.628)
Atualização	7.398
Saldos em 31 de dezembro de 2021	60.217
Circulante	30.739
Não circulante	29.478
Saldos em 31 de dezembro de 2019	88.568
Pagamentos/Indenizações	(13.037)
Atualização	4.019
Saldos em 31 de dezembro de 2020	79.550
Circulante	8.428
Não circulante	71.122

Segue abaixo o cronograma de pagamento das provisões ambientais, considerando atualização monetária:

Cronograma	
2022	30.739
2023	14.220
2024	15.258
Total	60.217

17 PATRIMÔNIO LIQUIDO

17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.486.901, correspondente a 2.486.901 ações ordinárias escrituradas, sem valor nominal.

	ON	ON %
Teles Pires Participações S.A.	2.464.519	99,10%
Neoenergia S.A.	22.382	0,90%
Total	2.486.901	100%

17.2 Lucro (prejuízo) por ação

Os valores do lucro (prejuízo) básico e diluído por ações estão apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	43.633	(46.093)
Média ponderada de número ações em circulação	2.486.901	2.486.901
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	<u>0,02</u>	<u>(0,02)</u>

18 PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos.

As operações de compra e venda de energia transacionadas com parte relacionadas, no mercado livre, foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas são apresentados abaixo:

18.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	<u>2021</u>			<u>2020</u>		
	<u>Subsidiárias da Neoenergia</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Total</u>	<u>Subsidiárias da Neoenergia</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Total</u>
Ativo						
Contas a receber e outros (a)	36.248	18.446	54.694	32.100	17.740	49.840
	<u>36.248</u>	<u>18.446</u>	<u>54.694</u>	<u>32.100</u>	<u>17.740</u>	<u>49.840</u>
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (b)/(c)/(d)/(e)	1.334	3.802	5.136	227	4.931	5.158
	<u>1.334</u>	<u>3.802</u>	<u>5.136</u>	<u>227</u>	<u>4.931</u>	<u>5.158</u>

18.2 Transações com partes relacionadas

	<u>2021</u>			<u>2020</u>		
	<u>Subsidiárias da Neoenergia</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Total</u>	<u>Subsidiárias da Neoenergia</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Total</u>
Resultado do período						
Receita operacional líquida (a)	365.314	215.486	580.800	334.152	208.510	542.662
Custos dos serviços (b)/(c)	(7.552)	(58.965)	(66.517)	(2.114)	(61.684)	(63.798)
Despesas gerais e administrativas (d)/(e)	(3.140)	-	(3.140)	(1.827)	-	(1.827)
	<u>354.622</u>	<u>156.521</u>	<u>511.143</u>	<u>330.211</u>	<u>146.826</u>	<u>477.037</u>

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contratos de suprimento de energia elétrica no ambiente livre (ACL);
- (b) Contratos de suprimento de energia elétrica no ambiente regulado (ACR);
- (c) Contratos de uso do sistema de transmissão (CUST) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo;
- (d) Contrato de prestação de serviços contábeis, tributários e de processos transacionais;
- (e) Contrato referente à consultoria de serviços de engenharia e operação e manutenção.

18.3 Remuneração da administração

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentados como segue:

	2021	2020
Salários e benefícios recorrentes	2.344	2.134
Benefícios de longo prazo	103	64
	<u>2.447</u>	<u>2.198</u>

19 CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**19.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2021		2020	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3	83.364	8	158.814
Títulos e valores mobiliários	-	34.293	-	33.476
Contas a receber de clientes e outros	103.364	-	95.385	-
	<u>103.367</u>	<u>117.657</u>	<u>95.393</u>	<u>192.290</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	67.093	-	60.248	-
Empréstimos e financiamentos	2.303.265	-	2.437.889	-
Passivo de arrendamento	1.028	-	439	-
Uso do bem público	180.903	-	167.364	-
	<u>2.552.289</u>	<u>-</u>	<u>2.665.940</u>	<u>-</u>

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

19.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 19.2(d), (análise de sensibilidade).

a) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	83.364	58.814
Títulos e valores mobiliários	34.293	33.476
	<u>117.657</u>	<u>192.290</u>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

b) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>Saldo contábil</u>	<u>Estimativa de valor justo - Nível 2</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Estimativa de valor justo - Nível 2</u>
Empréstimos e financiamentos	2.303.265	2.303.265	2.437.889	2.437.889

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valor mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

c) Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

d) Métodos e técnicas de avaliação**(i) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

e) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes no mercado em 31/12/2021.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	117.660	10.766	2.691	5.383
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e Financiamentos							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,32%	(2.303.265)	(67.407)	(30.633)	(61.267)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES
Presidente

Titulares

Rodolfo Fernandes da Rocha
Hugo Renato Anacleto Nunes
Heber Costa
Carla de Andrade Souza e Andrade Pinto
Werdine Machado

Suplentes

José Paulo Werberich
Mariane Carvalho Medeiros
Renato de Almeida Rocha
Ildo Wilson Grudtner
Almir Galvani Coutinho

DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Graciela Heugas Granato
**Diretora Administrativa, Financeira, de
Coordenação e Meio Ambiente**

Idebrando José Pereira Martins
Diretor Técnico

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº115915/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 154, 9º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.810.896/0001-53, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A, alusivas ao exercício findo em 31.12.2021; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A relativas ao exercício findo em 31.12.2021.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2022.

Ana Graciela Granato

Diretora Administrativa, Financeira, de Coordenação e Meio Ambiente

Ildebrando Martins
Diretor Técnico

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Companhia Hidrelétrica Tele Pires S.A**, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2022.

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES

RODOLFO FERNANDES DA ROCHA

HUGO RENATO ANACLETO NUNES

HEBER COSTA

CARLA DE ANDRADE SOUZA E ANDRADE PINTO WERDINE MACHADO